

INTERVENÇÃO

António Serrano

Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas

47ª Feira Nacional de Agricultura,

Santarém, 11 de Junho de 2010

Senhor Comissário,

Senhoras e Senhores Eurodeputados,

Senhoras e Senhores Deputados,

Sr. Presidente da CMS,

Sra. Governadora Civil,

Sr. Presidente do CNEMA,

Senhoras e Senhores, Dirigentes das Confederações e de Associações de Agricultores,

Minhas senhoras e meus senhores

É com muito gosto que hoje estou convosco em Santarém. A minha satisfação é justificada pelas razões que de seguida darei conta.

Porque a Feira Nacional de Agricultura é o mais importante evento nacional no âmbito do sector agrícola e, como tal, uma ocasião privilegiada de encontro de todos os que fazem da agricultura um modo de vida, que exercem missões de interesse público ao seu serviço ou que por ela se interessam enquanto cidadãos.

Porque foi possível associar os diversos serviços do Ministério da Agricultura a esta organização, patrocinando sob diversas formas as várias iniciativas que aqui têm decorrido.

Porque esta ocasião é dedicada em particular ao debate alargado sobre *O Futuro da PAC*, que constitui um assunto central que nos ocupará nos próximos anos e sobre o qual estou convicto de que só conseguiremos obter um resultado positivo e equilibrado se agirmos em estreita articulação com todos os agentes do sector.

Porque hoje temos entre nós o Senhor Comissário Europeu da Agricultura, Dacian Cioloș, que muito nos honra com a sua presença e a disponibilidade para dialogar connosco.

Pela sua experiência profissional no sector agrícola e como anterior Ministro da Agricultura da Roménia, numa altura em que este país deu os primeiros passos na adesão à União Europeia, um período sempre delicado e de grandes transformações. Pelas suas actuais funções de Comissário e pela reiterada e sólida convicção com que tem defendido a necessidade de se manter um sector agrícola forte na União, estou certo de que será um parceiro com que poderemos contar e que connosco poderá contar para a afirmação de uma PAC ajustada aos novos desafios do futuro.

A recente crise nos preços dos produtos agrícolas, associada a uma grande volatilidade dos mercados mundiais, mostrou que alguns dos primordiais objectivos da PAC, como a estabilização de preços aos consumidores e dos rendimentos dos agricultores, permanecem válidos nos nossos dias. Mesmo a segurança no abastecimento alimentar, que muitos julgavam ser um dado adquirido, volta a estar na ordem do dia, mostrando

que vamos continuar a precisar de uma Política Agrícola Comum que continue a valorizar fortemente a função produtiva da agricultura.

Queremos uma PAC que continue a dispor de mecanismos de regulação de mercados. O que se passou recentemente no sector do leite mostrou que só através da conjugação dos vários instrumentos disponíveis foi possível começar a inverter uma situação muito difícil, mesmo para explorações já bastante competitivas. Entendemos que estes mecanismos devem ser mantidos e mesmo melhorados de forma a não deixar agravar as condições de produção dos nossos agricultores e a conferir a estabilidade necessária ao bom desempenho da sua actividade.

Defendemos uma PAC que continue também a dar apoio directo aos agricultores para que estes possam contribuir para manter o modelo de agricultura europeu, através do qual se responda aos elevados padrões de exigência dos nossos consumidores, nomeadamente no domínio da qualidade e segurança dos produtos alimentares. Mas também um modelo onde coexistem explorações familiares e grandes explorações e onde a actividade agrícola continue viva e presente em todos os territórios da União.

Para que isto possa acontecer vai ser necessário manter um importante orçamento para a PAC, mas também garantir que os apoios sejam melhor repartidos entre agricultores e regiões. A questão de uma maior equidade na distribuição dos apoios é igualmente determinante para a legitimidade futura das políticas neste domínio.

Portugal defende também a manutenção dos dois pilares da PAC e, portanto, a continuação de um segundo pilar constituído por um leque abrangente e diversificado de medidas de apoio ao Desenvolvimento Rural:

- Medidas de política de desenvolvimento rural de forte incentivo à competitividade e eficiência da agricultura, incluindo apoios à investigação, inovação e desenvolvimento

tecnológico e aos investimentos necessários à reestruturação das empresas e à utilização de novas tecnologias;

- Medidas também de modernização das infra-estruturas, nomeadamente na área do regadio, igualmente indispensáveis para a reconversão para modelos produtivos mais competitivos. Nestes domínios, muito foi feito no nosso país desde a nossa adesão ao espaço comunitário. Mas muito existe ainda para fazer, como ainda hoje terei oportunidade de mostrar ao Senhor Comissário, quando visitarmos a zona do Alqueva, onde a infra-estruturação de uma área significativa para o regadio terá de ser acompanhada pelos investimentos inerentes à reconversão por parte das empresas;
- Medidas de desenvolvimento rural que incluam ainda o suporte da actividade agrícola nas regiões desfavorecidas e que remunerem os agricultores pelo fornecimento de bens públicos ao conjunto da sociedade, nos domínios do ambiente e da gestão dos recursos naturais. Lembre-se que os territórios rurais representam cerca de 80% da área da União e que a sua ocupação predominante continua a ser agrícola e silvícola. O desenvolvimento de políticas na área do ordenamento do território e do ambiente exige, por isso, o reconhecimento do indispensável contributo do sector agrícola e a coerente articulação dessas políticas com a PAC;
- Finalmente, medidas que promovam a diversificação e a vitalidade económica e social das zonas rurais.

É com base nesta visão ampla do papel da agricultura e da PAC que Portugal defendeu recentemente que a Estratégia 2020, que visa promover um crescimento durável, inteligente e inclusivo da União Europeia e que será determinante na definição das prioridades de actuação a nível comunitário nos próximos anos, deverá contar com o contributo activo da PAC para a sua realização.

Este é o momento em que se começam a lançar as bases para a discussão do futuro orçamento comunitário, bem como para a definição das políticas da União para o próximo período de programação.

A visita do Senhor Comissário a Portugal nesta altura, ainda antes da apresentação das propostas da Comissão sobre o futuro modelo da PAC, é particularmente oportuna e constitui por isso uma oportunidade para que o sector transmita as suas ideias e expectativas para o futuro próximo.

Como decerto já hoje tiveram oportunidade de ouvir, a partir da entrada em vigor do Tratado de Lisboa, também o Parlamento Europeu passa a dispor de poder de co-decisão nas matérias agrícolas. Por isso mesmo a participação activa dos Senhores Eurodeputados neste debate constitui um sinal inequívoco de que teremos um processo de discussão rico e atento aos anseios do sector.

Da parte do Governo Português poderão os agricultores esperar a defesa de uma política que assegure um sector agrícola moderno e dinâmico, capaz de reagir aos sinais do mercado, mas que simultaneamente consiga atenuar os efeitos negativos das excessivas oscilações de preços.

Uma política que, por isso, deve continuar a intervir na regulação dos mercados, a conceder apoios directos aos agricultores, que remunere devidamente os serviços e bens públicos que estes produzem em favor de toda a sociedade e garanta uma maior estabilidade dos seus rendimentos, e que promova investimentos de modernização, inovação e desenvolvimento tecnológico do sector.

Obrigado pela vossa participação no debate, que estou certo ajudará a encontrar as melhores soluções para a agricultura de amanhã. Um agradecimento muito especial ao Senhor Comissário por ter aceite o nosso convite e a toda a organização desta Feira por ter promovido esta discussão sobre a PAC dando continuidade ao processo que iniciámos durante a Ovibeja no passado mês de Abril.